



VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE – UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

INFLUENZA VACCINATION IN HEALTHCARE PERSONNEL – A SYSTEMATIC REVIEW

Pitts SI, Maruthur NM, Millar KR, Perl TM, Segal J. A systematic review of mandatory influenza vaccination in healthcare personnel. *Am J Prev Med.* 2014;47(3): 330-40.

A vacinação obrigatória dos profissionais de saúde contra o vírus *Influenza* é uma realidade cada vez mais frequente; no entanto, o real impacto clínico desta medida permanece por esclarecer. Neste estudo procedeu-se a uma revisão sistemática da literatura publicada sobre este tema com o objetivo de esclarecer sobre os benefícios e riscos da vacinação neste grupo.

A recolha bibliográfica resultou da pesquisa em seis bases de dados internacionais (*MEDLINE, Embase, The Cochrane Library, Cumulative Index to Nursing and Allied Health Literature, Science Citation Index Expanded, and Conference Proceedings Citations Index*) de artigos que avaliassem o efeito da vacinação mandatória dos profissionais de saúde contra o vírus *Influenza*, sem restrição de *outcome*, desenho do estudo ou língua; também não foi considerada, como critério de exclusão, a ausência de grupo comparador. Foram selecionados 12 estudos observacionais (oito relatos de caso, três estudos transversais e um estudo de coorte) em que apenas três eram multicêntricos. Quando avaliada a qualidade da definição da amostra, dos grupos pré e pós intervenção e a presença de co-intervenções, a maioria dos estudos demonstrou um elevado risco de viés.

Do total de estudos incluídos, oito reportaram *outcomes* relativos à taxa de vacinação dos profissionais de saúde (após implementação da obrigatoriedade dessa medida), tendo-se verificado um aumento das taxas de

vacinação que ultrapassava os 94%. Em três desses estudos foram demonstradas taxas de vacinação significativamente superiores em hospitais, em que a vacinação foi de implementação obrigatória, quando comparados com instituições em que a mesma medida não foi aplicada ($p < 0,001$). Em dois dos estudos foi analisada a taxa de absentismo dos profissionais com resultados inconclusivos. Outros dois estudos avaliaram a presença de efeitos adversos da intervenção, tendo obtido dados limitados e heterogêneos. Um dos estudos avaliou a opinião dos profissionais de saúde relativamente à obrigatoriedade da vacinação, tendo-se verificado que 96% dos participantes consideraram a medida importante para a proteção de pacientes e profissionais e 72% consideraram que a forma de aplicação mandatória era coerciva. Não foram estudados *outcomes* clínicos relativos aos pacientes nem os custos associados à intervenção.

Verifica-se, assim, que a implementação da vacinação obrigatória dos profissionais de saúde contra o vírus *Influenza* conduz a um aumento da taxa de vacinação neste grupo mas não foram estudados os benefícios clínicos associados a esta medida. São necessários estudos prospetivos e multicêntricos que avaliem *outcomes* eminentemente clínicos para que se possam tomar decisões informadas relativamente às vantagens desta intervenção.

Comentário

A primeira vacina contra o vírus *Influenza* começou a ser produzida em 1938, mas aplicada em larga escala à população americana apenas em 1979, para prevenção da gripe Suína.¹ Na procura de evidência sobre a eficácia e efetividade da vacinação, uma revisão sistemática de 2012 identificou e analisou 17 ensaios clínicos randomizados e aleatorizados e 14 estudos observacionais que englobavam estes

outcomes em casos de gripe comprovados laboratorialmente. Nestes casos, que raramente fazem parte da prática clínica, a eficácia da vacinação apenas provou ser moderada, sendo drasticamente reduzida ou mesmo ausente em algumas estações do ano. Os mesmos autores identificaram que em adultos acima dos 65 anos a evidência escasseia.²

Quando se analisa o racional de vacinar profissionais de saúde surgem argumentos como prevenção



da doença e consequente diminuição do absentismo laboral, mas também prevenção do contágio a doentes. Como fica claro no resumo da revisão sistemática, os dados relativos a este “grupo de risco” foram inconclusivos.

Contudo, a ausência de estudos e a incerteza quanto à eficácia da vacinação destoam do atual panorama normativo internacional e nacional que insiste em recomendar a vacina a grupos de risco, nomeadamente a profissionais de saúde.³⁻⁴ De forma ainda mais incompreensível, assiste-se já em alguns países a uma crescente pressão no intuito de aumentar a taxa de cobertura vacinal⁵⁻⁸ através da vacinação laboral mandatória ou fortemente recomendada.

Devemos, por isso, investir na procura e na divulgação de conhecimento científico robusto e de qualidade e alertar para a fragilidade de fundamentação de algumas normas de orientação e *guidelines*.

Nuno Basílio
Médico Interno de Medicina Geral e Familiar
UCSP Barcarena
Sofia Figueira
Médica Interna de Medicina Geral e Familiar
USF São Julião

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Davis CP. History and development of flu vaccines. *emedicinehealth*; 2014 [revised 2014 Feb 9; cited 2014 Nov 23]. Available from: http://www.emedicinehealth.com/flu_vaccine/page2_em.html
2. Osterholm MT, Kelley NS, Sommer A, Belongia EA. Efficacy and effectiveness of influenza vaccines: a systematic review and meta-analysis. *Lancet Infect Dis*. 2012;12(1):36-44.
3. Groshkopf LA, Olsen SJ, Sokolow LZ, Bresee JS, Cox NJ, Broder KR, et al. Prevention and control of seasonal influenza with vaccines: recommendations of the Advisory Committee on Immunization Practices (ACIP) — United States, 2014–15 influenza season. *MMWR*. 2014;63(32):691-7.
4. Direção-Geral da Saúde. Vacinação contra a gripe com a vacina trivalente para a época 2014/2015: norma de orientação clínica nº 16/2014, de 24/09/14. Lisboa: DGS; 2014.
5. Talbot TR, Babcock H, Caplan AL, Cotton D, Maragakis LL, Poland GA, et al. Revised SHEA position paper: influenza vaccination of health-care personnel. *Infect Control Hosp Epidemiol*. 2010;31(10):987-95.
6. Bernstein HH, Starke JR, Committee on Infectious Diseases. Policy statement: recommendation for mandatory influenza immunization of all health care personnel. *Pediatrics*. 2010;126(4):809-15.
7. Infectious Disease Society of America. IDSA policy on mandatory immunization of health care workers against seasonal and pandemic influenza. Arlington, VA: IDSA; 2010.
8. American College of Physicians. ACP policy on influenza vaccination of health care workers. Philadelphia, PA: ACP; 2013.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não ter conflito de interesses.

Artigo escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.